



LEGENDAGEM PARA SURDOS NA PERSPECTIVA BILÍNGUE: ALGUMAS REFLEXÕES

MARIA INÊS AZEVEDO
MARIA CARMEN EULER TORRES
VANDA CÍNTIA LOPES
ELIZANGELA OLIVEIRA
DANDARA CRISTINA CONCEIÇÃO

RESUMO

O acesso à informação representa uma das expressões da democratização do conhecimento e do exercício da cidadania. Torna-se fundamental remover as barreiras sociais e linguísticas, possibilitando a expressão ou o recebimento de mensagens, através de dispositivos ou sistemas de comunicação que facilitem a inclusão. Campello (2008) afirma que “é fundamental usar todos os recursos visuais como língua de sinais, exposição de DVD, CD, (...) filmes nacionais com legendas [...] como requisito visual para todos (p.140). Entendemos que legenda é a alternativa mais viável de acessibilidade, enquanto a janela em Libras ainda não é uma regra respeitada por todos. As legendas têm que levar em conta a cultura surda e a especificidade da Língua Portuguesa como L2, o que significa que precisam ser cri-

teriosamente pensadas para atender as necessidades das pessoas surdas. Este artigo tem o objetivo de refletir sobre os modos de legendagem que, de fato, se adéquam às necessidades dos surdos. A ideia foi unirmos ao objetivo geral do grupo de extensão “Legendagem e acessibilidade” – dar acessibilidade através de legendas em filmes nacionais – outros objetivos: refletir sobre a aprendizagem da Língua Portuguesa como L2 para surdos, destacar os aspectos interacionistas da língua, utilizar a legendagem como estratégia pedagógica de ensino da LP e desenvolver habilidades linguísticas apropriadas.

Palavras-chave: Legendagem. Acessibilidade. Língua Portuguesa como L2. Habilidades de legendagem.

MARIA INÊS AZEVEDO

Professora do departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos/RJ (DESU/INES).

MARIA CARMEN EULER TORRES

Professora do departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos/RJ (DESU/INES).

VANDA CÍNTIA LOPES

Bolsista de Extensão e graduanda em Pedagogia do departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos/RJ (DESU/INES).

ELIZANGELA OLIVEIRA

Bolsista de Extensão e graduanda em Pedagogia do departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos/RJ (DESU/INES).

DANDARA CRISTINA CONCEIÇÃO

Mestre em Diversidade e Inclusão pelo CMPDI/UFF.

ABSTRACT

Access to information represents a knowledge democratization expression and citizenship practice. Thus, it is fundamental to remove social and linguistic barriers, allowing messages expression or receipt by means of devices or communication systems which make this inclusion easy. Campello (2008) affirms that "it is fundamental to use all visual resources like sign language, DVD, CD, (...) national movies with subtitles [...] as visual demand for all (p.140). As far as we are concerned, subtitle is the most feasible alternative of accessibility, while Brazilian Sign Language (Libras) window is a rule not respected for all yet. Subtitles must take in consideration deaf culture and Portuguese Language

specificity as L2, what means they need to be carefully thought out to answer these necessities. This assignment aims to a reflection on subtitling modes, that, in fact, suit needs of the deaf. The idea was to attach to the general goal of the extension group, Subtitling and accessibility – provide accessibility by means of subtitles in national movies –, other objectives, which are: reflect on the learning of Portuguese Language as L2 for deaf, highlight interactionist aspects of the language and the use of subtitling as pedagogical strategy of Portuguese Language (LP) teaching, as well as of developing appropriate linguistic skills.

Keywords: Subtitling. Accessibility. Portuguese Language as L2. Subtitling skills.

PRIMEIRAS PALAVRAS: NOSSOS OBJETIVOS

ACESSIBILIDADE:

- 1) Facilidade de acesso; qualidade do que é acessível.
- 2) Facilidade de aproximação, de procedimento ou de obtenção. (*Dicionário Michaelis online*)

A acessibilidade é um fator de extrema importância para o exercício da cidadania, inclusão e integração nos espaços sociais para o surdo. Ter facilidade de aproximação ou obtenção de bens cul-

turais, informação e serviços públicos deveria ser direito de todos e para todos. Como um grupo que pertence às minorias, a comunidade surda tem se deparado ao longo do tempo com desafios no que tange ao acesso à comunicação. Fazer parte de uma minoria linguística em uma sociedade que de fato ainda não faz uso da Língua Brasileira de Sinais de forma significativa e não dissemina a informação sobre a surdez e a pessoa surda como deveria ainda se configura como um entrave à participação efetiva dos surdos na sociedade.

O Art. 3º da Lei que trata sobre a acessibilidade, de todas as ordens e voltada às pessoas com algum impedimento físico, linguístico, locomotivo, sensorial e cria o estatuto da pessoa com deficiência, considera em seu item primeiro:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (grifo nosso).

E, mais adiante, no item V aponta para as formas de inclusão no âmbito da comunicação:

V – comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações. (BRASIL, Lei 13.146/2015, grifo nosso)

Mais de 10 anos antes, a Lei 10.436/2002 dispunha sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a elevava a primeira língua dos surdos, sendo a Língua Portuguesa, em sua modalidade

escrita, considerada como L2. A Língua Brasileira de Sinais é reconhecida desde 2002 como a língua oficial dos surdos e a segunda língua oficial do país. Decretos como o 5296/2004 – regulamentam a Lei 10.048/2000 para a promoção de acessibilidade também aos meios de comunicação e informação e o Decreto 5626/2005 regulamenta a Lei de Libras (10436/2002) e esclarece sobre a importância dos surdos terem acesso às informações enquanto sujeitos participantes desta sociedade. Contudo, muito ainda precisa ser colocado em prática de modo que as leis e decretos que, após muita luta e resistência da comunidade surda, venham a legitimar seus direitos.

Um exemplo disso é o uso da janela de Libras, que ainda não é uma ferramenta utilizada de forma ampla e irrestrita nos vídeos e filmes em Língua Portuguesa, o que impede o acesso dos surdos aos seus conteúdos. Essa seria a opção mais adequada aos surdos, uma vez que a Libras é sua L1. Mas, na falta dessa alternativa, o recurso da legenda surge como uma possibilidade.

A confecção de legendas se configura como uma alternativa de acessibilidade para a comunidade surda aos vídeos e filmes como elementos de uma cultura visual. Segundo CAMPELLO (2008), reunindo vasta bibliografia em sua tese de doutorado, os surdos se apoiam em imagens e se constituem subjetivamente a partir de uma visualidade ou do que a autora chama de uma *cultura visual*.

Cultura Visual é um novo campo de estudo que inclui alguns elementos de estudos culturais e, como no caso de Estudos Surdos, enfocando aspectos da cultura, língua e signos visuais que apoiam em imagens visuais e sua percepção. Isto se sobrepõe frequentemente à filmologia, vídeo, internet, e qualquer outro meio que possua um componente visual. (CAMPELLO, 2008 p. 127)

Embasados legalmente e motivados em trabalharmos em prol da acessibilidade dos surdos, precisávamos construir estratégias e materiais apropriados às atividades de docência¹. O projeto que visa à adaptação de filmes, – longas, curtas e vídeos de conteúdo técnico-científico – aos modos de aprendizagem de alunos surdos se configura como essencial para a melhoria da qualidade do trabalho docente.

Desde novembro de 2015, o grupo de extensão “Legendagem e Acessibilidade” vem desenvolvendo atividades práticas e teóricas com o intuito de ampliar o conhecimento e capacitar a equipe na área de legendagem de filmes nacionais, para a produção de materiais audiovisuais didáticos, com o objetivo de auxiliar os docentes do DESU em suas aulas com os alunos surdos.

A partir de nosso trabalho e estudos ao longo desse tempo, ampliamos nossos olhares para uma nova perspectiva teórico-prática. Iniciamos estudos sobre a legendagem especificamente voltada para surdos, uma vez que percebemos que o uso da LP não deveria ser o mesmo daquele direcionado aos ouvintes, como

aparece no recurso *Closed Caption*² das TVs, por exemplo.

De acordo com pesquisas realizadas por Araújo (2008), os surdos apresentaram muitas dificuldades em acompanhar conteúdos legendados automaticamente em programas de TV. Em muitos casos, os sujeitos sequer conseguiram ler trechos curtos devido à velocidade e a forma como as legendas aparecem na tela. Os estudos comparativos mostraram que as legendas confeccionadas especificamente para os surdos tiveram uma maior aceitação e compreensão do conteúdo dos programas. De acordo com Araújo (2008), nas legendas automáticas da Globo, por exemplo, cerca de 70% do que é dito é traduzido. Nas novas legendas, feitas pelos pesquisadores, o nível de condensação é maior – cerca de 50% do que foi dito, o que se assemelha às legendas feitas para ouvintes. Mesmo com aceitação maior das novas legendas pelos surdos, houve críticas quanto à velocidade e a necessidade de melhor edição.

Isso nos aponta para o fato de que as legendas para surdos precisam ser cuidadosamente pensadas para atender as especificidades da Língua Portuguesa como L2. Araújo (idem) ainda completa que as legendas para surdos diferem das de ouvintes no que se refere à necessidade de introdução de informações adicionais, como por exemplo, apontar para quem está falando ou para ruídos significativos, que serão relevantes para a compreensão do conteúdo; importância da condensação e da edição para tornar

¹ O grupo de extensão “Legendagem e acessibilidade” é formado por alunos, ex-alunos e professores do Departamento de Ensino Superior do INES (pedagogia com enfoque bilíngue).

² *Closed caption* ou legenda oculta, também conhecida pela sigla CC, é um sistema de transmissão de legendas via sinal de televisão. Essas legendas podem ser reproduzidas por um televisor que possua essa função e tem como objetivo permitir que os deficientes auditivos possam acompanhar os programas. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Closed_caption).

mais eficazes a leitura e o entendimento para os espectadores surdos. (p.62)

Assim, refletir sobre a aprendizagem da Língua Portuguesa como L2 para surdos, destacar os aspectos interacionistas da língua e utilizar a legendagem como estratégia pedagógica de ensino da LP têm se agregado ao nosso objetivo inicial, de promover a acessibilidade dos surdos aos conteúdos audiovisuais em LP.

Este artigo, portanto, pretende levantar discussões a respeito da importância da legendagem específica para surdos, compreendendo as diferenças existentes entre essa modalidade e outra que se direcione somente para ouvintes. O presente texto expõe o trabalho que o grupo Legendagem e Acessibilidade desenvolve no DE-SUU-INES. O grupo utiliza o programa *Subtitle Edit* para produzir legendas em Língua Portuguesa para vídeos, filmes, entrevistas e outros materiais audiovisuais voltados para pessoas surdas. Desde o segundo semestre de 2017, o trabalho do grupo vem incorporando a reflexão sobre a interação da Língua Portuguesa, língua majoritária no Brasil, com a Libras, língua de referência das pessoas surdas brasileiras. Veremos como a legendagem deve ser compreendida em seu uso para surdos, entendendo que a Língua Portuguesa escrita é sua segunda língua. Por fim, nos perguntamos como a legendagem pode ser encarada em sua perspectiva pedagógica, isto é, de que forma ela pode servir como estratégia de acesso aos conteúdos educativos além de auxiliar no próprio aprendizado da Língua Portuguesa.

1. ASPECTOS TEÓRICOS: A LEGENDAGEM PARA SURDOS, COMO PENSAR A LÍNGUA PORTUGUESA?

Pensar na atividade de legendagem voltada para pessoas surdas sugere uma série de questões. A legenda é uma transposição fiel do que foi falado? A legenda deve “simplificar” o que foi falado? Deve ser uma síntese do que o texto oral apresenta? A legenda deve considerar a presença de um docente que servirá de mediador entre a versão original falada e a versão legendada? São questões simples, mas muito delicadas. Geralmente a legenda envolve o tradicional campo de estudos de tradução de uma língua para outra. Na perspectiva linguística predominante, as línguas são expressões culturais, caracterizam modos dos sujeitos se identificarem no mundo, caracterizam modos de viver. Nesse sentido, criar legenda para um texto originalmente falado em outra língua é necessariamente recriar, atualizar sentidos.

O trabalho de legendagem em Língua Portuguesa para surdos envolve um particular desafio: a familiaridade, frequentemente pequena, das pessoas surdas com a Língua Portuguesa escrita. Se pensarmos o trabalho de criação de legendas como um exercício de interação da Língua Portuguesa, considerada como segunda língua, com a Libras, vista como primeira língua dos surdos, as legendas deixam de ser uma transposição esquemática do texto oral para o texto escrito. Nesse sentido, a criação de legendas

pode sugerir hipóteses de leitura em Língua Portuguesa como segunda língua. As escolhas lexicais, sintáticas e semânticas que as legendas refletem é o resultado de um diálogo estabelecido entre a Língua Portuguesa e a Libras que o surdo traz em seu repertório.

1.1 O SUJEITO SURDO

A perspectiva apresentada acima supõe a consideração do surdo como sujeito, dotado de subjetividade, esfera produtora de sentidos (ORLANDI, 1999). O sujeito tem existência histórica, vive em um tempo e um espaço que lhe definem como ser. Essa definição é ao mesmo tempo particular e plural, individual e coletiva. Deixando de lado o aspecto social da língua, pode-se dizer que a afirmação de um sujeito no mundo passa pela aquisição de uma língua. Ao incorporarem o uso de uma língua, os sujeitos se constroem e constroem sua inserção no mundo. É importante considerar que no mundo atual os sujeitos tendem a incorporar de modos imprevistos referências linguísticas e culturais múltiplas. Entretanto, permanece a necessidade de uma língua principal, a chamada primeira língua, na qual a pessoa se sente confortável, com a qual potencializa suas possibilidades como ser humano.

No caso das pessoas surdas, nascidas frequentemente em famílias ouvintes, é comum o aprendizado tardio da Libras. Acostumadas a uma comunicação caseira, a uma linguagem de gestos e expressões faciais, muitas vezes as crianças

surdas só vão aprender a Libras quando entram para a escola (PEREIRA, 2014). É no espaço escolar e em outros espaços de interação social que grande parte dos surdos, ao interagir com outras pessoas usuárias de Libras desenvolve sua fluência nessa língua e afirma sua identidade de surdos em um mundo predominantemente ouvinte. É a partir do repertório afetivo, social, político, cultural em Libras que a leitura da Língua Portuguesa escrita é possível.

1.2 CONCEPÇÃO DE LÍNGUA

As reflexões aqui apresentadas têm como base as ideias de Bakhtin, que, principalmente nos últimos 30 anos, influenciou significativamente os estudos sobre o texto e o discurso. Na perspectiva de Bakhtin, a língua é atividade, espaço de interação humana no qual os sujeitos se constituem. Para questionar a concepção de língua como sistema de signos a ser descrito, Bakhtin apresenta uma concepção discursiva da língua, segundo a qual o sentido do texto e a significação das palavras dependem da relação entre sujeitos. Segundo essa concepção, a interação entre interlocutores é fundamental para a construção dos sentidos.

A concepção de língua como representação do pensamento de um autor sugere a leitura como mero reconhecimento das intenções desse autor; a concepção de língua como estrutura sugere a leitura como exercício de decodificação, de apreensão de um conjunto de regras de funcionamento da língua. Seguindo

as referências de Bakhtin, Ingedore Koch sugere a concepção interacional, segundo a qual a língua é observada como expressão da interação autor/texto/leitor (KOCH, 2008).

Nessa perspectiva interacional, que Maria Cristina Pereira chama de concepção discursivo interacionista, o fundamental é o texto, "considerado produto de atividade oral ou escrita que forma um todo significativo, qualquer que seja sua extensão" (PEREIRA, 2014, p.148). Palavras apresentadas de modo isolado, exercícios de memorização de palavras ou expressões "soltas" não contribuem para o aprendizado da Língua Portuguesa pelas pessoas surdas.

Como sugere Pereira, pode-se estabelecer uma analogia entre o aprendizado de línguas estrangeiras pelos ouvintes brasileiros e o aprendizado de Língua Portuguesa pelos surdos (PEREIRA, 2014). Do mesmo modo que os ouvintes que têm como sua primeira língua a Língua Portuguesa aprendem outras línguas no diálogo que estabelecem entre sua língua e a língua estrangeira que pretendem aprender, os surdos recorrem ao seu repertório em Libras para ler e escrever em Língua Portuguesa. O conhecimento de mundo e de língua em Libras sustenta o aprendizado da Língua Portuguesa. A perspectiva é que, no processo interativo proporcionado pela escola, o professor, os alunos e os textos interajam de modo a facilitar os alunos a testarem hipóteses de funcionamento da Língua Portuguesa a partir do seu conhecimento Libras.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A LEGENDAGEM E A PERSPECTIVA EDUCACIONAL

A partir da Lei 10 426/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e do Decreto 5 626/2005, que regulamenta essa lei, afirma-se o direito de acesso das pessoas surdas ao aprendizado da Língua Portuguesa escrita como segunda língua. Com a difusão das redes sociais e a democratização de acesso à informação, uma série de materiais visuais que usam como suporte à Língua Portuguesa falada são inacessíveis para os surdos.

No INES, o Curso de Graduação em Pedagogia, aberto a estudantes ouvintes e surdos, tem o desafio de formar pedagogos sob uma perspectiva bilíngue. Como ampliar o acesso dos estudantes surdos aos materiais existentes em Língua Portuguesa falada? Vídeos, filmes, entrevistas são fundamentais aliados da bibliografia de referência indicada pelas diversas disciplinas da matriz curricular. As legendas, sob essa perspectiva, funcionam como auxiliares na formação acadêmica. A seleção do material a legendar dialoga com a demanda das disciplinas da graduação do DESU. Sob a perspectiva de ampliar o acesso das pessoas surdas, o material produzido no grupo "Legendagem e Acessibilidade" está disponível também para professores e pesquisadores do Departamento de Ensino Básico do INES.

Quando o trabalho de criação de legendas se insere no processo de formação de alunos surdos, essa atividade ganha relevância. A legendagem, nesse contexto, necessariamente é o resultado de um diálogo entre a Língua Portuguesa e a Libras. Para que esse diálogo seja produtivo, muitas estratégias podem ser utilizadas. A criação de um pequeno texto que introduza o material legendado, a construção de um glossário que indique o sentido de certas palavras dentro do texto, a criação de caixas que dividam um texto em blocos temáticos, são exemplos de estratégias adotadas como legenda que respondem às demandas de um leitor surdo implícito. As escolhas feitas na atividade de legendagem, as estratégias utilizadas para responder às possíveis demandas de compreensão do leitor surdo são testadas no uso do texto legendado. A avaliação da produtividade da legenda, a reflexão sobre o efeito que as mesmas suscitam, é fundamental para a ampliação das possibilidades discursivas do trabalho de legendagem.

Nesse sentido, a legendagem auxilia na concretização de propostas de ensino para os alunos surdos que apresentem, quer no início da escolaridade, quer no Ensino Superior, o contato direto com diferentes tipos e gêneros textuais em Língua Portuguesa. Considerando a legenda como um texto produzido em Língua Portuguesa, ela deve ser o resultado de um minucioso trabalho de leitura das imagens. Que informações, insinuações e efeitos de sentidos as ima-

gens movimentam? Como é a ligação do texto falado com as imagens? A partir da análise da relação imagem/texto, uma nova série de questões se apresenta: que palavras são essenciais, indispensáveis, para aparecerem na legenda? Que elementos de ligação de ideias próprios da oralidade podem ser suprimidos, de modo a tornar os períodos mais curtos e mais claros? Que estruturas frasais são de difícil compreensão para o estudante surdo, considerando a diferenças sintáticas existentes entre a Língua Portuguesa e a Libras? E ainda: que palavras poderiam ser substituídas por sinônimos mais usuais? Todas essas escolhas supõem a projeção de possíveis estratégias de leitura que os alunos surdos utilizariam para compreender o texto legendado. Vale lembrar que a legenda não tem autonomia, ela só existe acoplada ao texto de referência.

Por tudo que se observou até agora, a atividade de legendagem supõe um conhecimento prévio do contexto em que o texto legendado será utilizado. É importante também uma análise do texto anterior ao trabalho de criação das legendas. No momento de construção das legendas, o acolhimento dos questionamentos acima referidos é fundamental. Nessa perspectiva, a atividade de legendagem é um trabalho em Língua Portuguesa. No momento em que o texto legendado é utilizado pelos estudantes, necessariamente se apresentam questões relacionadas à maior ou menor adequação das escolhas linguísticas que

foram feitas. Cabe ao professor, incorporando a concepção discursiva a que se fez referência acima, explorar a legenda enquanto texto escrito em Língua Portuguesa e, na medida do possível, debater com seus alunos usos da Língua Portuguesa e usos da Libras.

A prática de problematizar a Língua Portuguesa escrita nas legendas articula-se com uma responsabilidade fundamental da escola que pretende educar estudantes surdos: a constituição de um repertório técnico-pedagógico (CORSINI, 2017). Segundo Maura Corsini, o papel da escola na formação do estudante surdo não deve confundir-se com o papel da família ou de associações culturais. Em sua existência, nas experiências sociais, os sujeitos vivem um processo de amadurecimento, adquirem saberes. Na escola, por outro lado, as pessoas têm contato com saberes sistematizados, voltados para uma formação acadêmica. Esse é o processo de aquisição de conhecimento. Sob a perspectiva de Corsini, a aprendizagem escolar é um processo de subjetivação, de afirmação de sujeitos no mundo. Esse processo supõe a interação entre o saber adquirido nas vivências cotidianas e o conhecimento sistematizado fornecido pela escola (CORSINI, 2017).

No contexto da crise de referências e de valores que a escola enfrenta nos dias atuais, os interlocutores que atuam no espaço escolar são chamados a apresentarem soluções mágicas para a série de problemas a serem enfrentados (CORSINI, 2017). Como não existem fórmulas ou

soluções mágicas quando o assunto é escola, educação, resta contribuir para derubar os muros que simbolicamente afastam a escola das contradições que lhe são próprias. A produção de legendas e o uso das mesmas pelos estudantes surdos suscitam questões que desafiam os interlocutores que convivem no espaço escolar.

É como expressão do desafio que o uso da Língua Portuguesa escrita representa para os estudantes surdos que as legendas se potencializam. Elas têm significação como material de pesquisa e reflexão tanto para os professores de Língua Portuguesa quanto para docentes de outras áreas de conhecimento que compreendem que os conteúdos de suas respectivas disciplinas passam necessariamente por um trabalho de interpretação e construção de sentidos em Língua Portuguesa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS EFEITOS DE NOSSAS AÇÕES

O grupo de extensão "Legendagem e Acessibilidade", formado por professoras, alunos bolsistas e alunos colaboradores, vem trabalhando na confecção de legendas de filmes e outras mídias visuais em Língua Portuguesa, de modo a possibilitar a acessibilidade dos sujeitos surdos. Realizamos oficinas e discussões tanto para o aprendizado de aplicativos de legendagem, como para a reflexão sobre o uso da Língua Portuguesa em diferentes tipos de legenda.

Para a realização da legendagem dos vídeos e filmes em Língua Portuguesa, foi utilizado o aplicativo *Subtitle Edit*, de fácil acesso na internet, disponível para download. Há a necessidade de termos também à disposição o aplicativo VLC para exibição dos vídeos após terem sido legendados. Em nossas reuniões quinzenais, dividimos o tempo entre discussões teóricas e a legendagem de filmes nacionais escolhidos pelo grupo ou solicitados por algum professor do DESU.

Ao longo desses três anos de atividades realizamos algumas oficinas em eventos dentro do INES – como o COINES, Semana Pedagógica\curso de extensão em parceria com o Centro Acadêmico dos alunos do DESU, entre outras – com o objetivo de divulgarmos o trabalho e partilharmos nossos conhecimentos. Nossa metodologia tem sido apresentar os objetivos do grupo de extensão e, em seguida, ministrar as oficinas ensinando a utilização do aplicativo. Eventualmente conseguimos apresentar alguns dos vídeos legendados e promover uma discus-

são sobre as escolhas e estratégias usadas para o processo de legendagem.

Em 2017 e 2018 especificamente, o trabalho foi ampliado e passamos a estudar mais profundamente as especificidades da legendagem e passamos a refletir sobre o uso da LP em legendas para surdos, que, como vimos, difere bastante daquelas confeccionadas para ouvintes. As novas ações desenvolvidas se direcionaram para as parcerias com outros grupos de pesquisa e extensão do próprio INES ou com instituições de fora. Pretendemos continuar nos aperfeiçoando tanto técnica como teoricamente e nos aprofundando nessa área do conhecimento que se configura como um híbrido entre as tecnologias da informação, a Pedagogia e estudos da Língua Portuguesa. Como projeto futuro, queremos criar um grupo de pesquisa em Língua Portuguesa e legendagem para surdos, acreditando que este possa ser um caminho para a ampliação de nossas ações em prol da acessibilidade e do ensino da Língua Portuguesa como L2.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. L. S. Por um modelo de legendagem para surdos no Brasil, *Tradução & Comunicação, Revista Brasileira de Tradutores*, n. 17, p. 59-76, 2008.

BRASIL. Lei nº 10.048/2000, de 8 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm>.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm>.

BRASIL. Decreto nº 5296/2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>.

BRASIL. Decreto nº 5626/2005, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>.

BRASIL. Lei 13.146/2015 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>.

gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>.

CAMPELLO, A. R. e S. Pedagogia visual na educação dos surdos-mudos. 2008. 169 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação de Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

CORSINI, M. Saberes docentes e aprendizagem na educação contemporânea de alunos surdos, (comunicação oral), VIII SEMANA PEDAGÓGICA (SEMAP) INES/DESU, 23 nov. 2017.

FERNANDES, S.; MOREIRA, L. C. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. *Educar em Revista*, Edição Especial n.2/2014. Curitiba: Editora UFPR.

KOCH, I. G. V. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

KOCH, I. G. V. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2008.

LOH, S.; CASTILHO, J. M. V. de. *O uso de uma linguagem semi-formal no processo de formalização de especificações de software*. Disponível em: <http://www.lbd.dcc.ufmg.br/bdbcomp/servlet/Trabalho?id=14464>. Acesso em: 23 mar. 2017.

ORLANDI, E. P. Sujeito, história, linguagem. In: *Análise de discurso, princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PEREIRA, M. C. da C. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos e metodológicos. *Educar em Revista*, Edição Especial n.2/2014. Curitiba: Editora UFPR.